

## EDITAL nº 02/2023

### DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA

### CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL DE CULTURA 2023 - PREMIAÇÃO - DEMAIS ÁREAS DA CULTURA

### EDITAIS DE PRÊMIOS PARA VÁRIAS LINGUAGENS ARTÍSTICO/CULTURAIS E TÉCNICOS DE SOM E ILUMINAÇÃO, DE RECONHECIMENTO POR NOTÓRIA ATUAÇÃO, ACORDO COM O QUE REGE O ARTIGO 8º DA LEI COMPLEMENTAR 195/22.

O MUNICÍPIO DE COCOS, por meio da Secretaria Municipal de Administração torna público que, no período de 09 de novembro de 2023 das 08h até as 12h de 23 de novembro de 2023 às 23h59, estarão abertas, presencialmente na sede da DIRETÓRIA MUNICIPAL DE CULTURA,, NA PRAÇA DA CULTURA, S/N, CENTRO – COCOS, ou virtualmente pelo envio do ANEXO III, pelo e-mail: [cultura.cocos@gmail.com](mailto:cultura.cocos@gmail.com), as inscrições para o Edital de CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DA CULTURA - PROGRAMA PAULO GUSTAVO MUNICÍPIO DE COCOS - PREMIAÇÃO nº 02/2023, que de forma simplificada e acessível visa reconhecer, valorizar e divulgar a atuação de mestres, mestras grupos da cultura popular, agentes e trabalhadores culturais que possuam notória atuação no município de Cocos-BA, contemplando até 52 **propostas de trajetórias** divididas na categoria individual ou coletiva, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 195/22 e os decretos federais 11.525/22 e 11.453/22.

#### 1. DO OBJETO DESTES EDITAL

1.1. Reconhecer, valorizar e divulgar a atuação de mestres, mestras e grupos da cultura popular, agentes e trabalhadores culturais que possuam notória atuação no município de Cocos, Bahia, através da premiação de sua trajetória cultural.

1.2. Serão premiadas até 52 propostas de trajetórias artísticas ou culturais selecionados, divididas nas categorias artesanato, economia criativa, artes visuais, festejos culturais, cultura popular, dança e teatro a partir dos critérios previstos no presente edital.

## 2. DOS VALORES DOS PRÊMIOS:

2.1. Para a categoria artesanato, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 20 (vinte) propostas.

2.2. Para a categoria economia criativa, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 10 (dez) propostas.

2.3. Para a categoria artes visuais, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 5 (cinco) propostas.

2.4. Para a categoria de festejos culturais, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 6 (seis) propostas.

2.5. Para a categoria de cultura popular, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 6 (seis) propostas.

2.6. Para a categoria de dança, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 3 (três) propostas.

2.7. Para a categoria de teatro, os valores dos prêmios serão, em valores brutos, de R\$ 1.090,83 (hum mil e noventa reais e oitenta e três centavos), contemplando até 2 (dois) propostas.

2.8. O total de recursos disponíveis para os prêmios desta Chamada é de R\$ 56.723,38 (cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos) e serão provenientes de:

<b>10</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>Projeto/atividade:</b>	<b>13.392.029.2.234 GESTÃO DAS AÇÕES DE CULTURA – LEI PAULO GUSTAVO</b>	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas e Outras	R\$ 56.723,38

Fonte de Recurso: 17160000 – Transferência Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 –

Art. 8º - Demais Setores da Cultura ..... R\$56.723,38

### 3. DOS PROPONENTES:

3.1. Poderão se inscrever nos termos que rege esta chamada pública, para a categoria individual:

I - Pessoas físicas

3.2. Poderão se inscrever nos termos que rege esta chamada pública, para a categoria coletiva:

I - Pessoas Jurídicas (MEI, com ou sem fins lucrativos)

II - Coletivos sem constituição jurídica

3.3. As inscrições deverão seguir as orientações contidas no ANEXO I

3.4. Para se inscrever nesta chamada pública o proponente deverá comprovar residência fixa (Conforme ANEXO V) do município de Cocos, Bahia.

3.5. Não poderão se inscrever nesta chamada pública:

I - Pessoas envolvidas diretamente na etapa de elaboração desta chamada pública, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - Cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, ou membros da comissão de análise, nos casos em que o referido servidor tiver atuado

na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

III - Membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

IV - Pessoas jurídicas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico.

#### **4. SOBRE A INSCRIÇÃO:**

4.1 As inscrições desta Chamada estarão abertas no período de 09 de novembro de 2023 das 08 horas até 12h de novembro de 2023 às 23h59, virtualmente pelo envio do ANEXO III, pelo e-mail:, [cultura.cocos@gmail.com](mailto:cultura.cocos@gmail.com) e presencial na sede da Diretoria Municipal de Cultura, localizada na Praça da Cultura, S/N, Centro – Cocos, através de preenchimento de formulário conforme - ANEXO III entregue presencialmente na sede da Diretoria Municipal de Cultura.

#### **5. DAS PROPOSTAS:**

5.1. As propostas deverão ser apresentadas com observância dos documentos necessários, conforme estabelecido no ANEXO III do presente Edital.

5.2. A proposta selecionada deverá incluir em todo material de divulgação decorrente, as logomarcas da Diretoria Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Cocos e do Ministério da Cultura, bem como do Programa Paulo Gustavo.

5.3. Não serão aceitas propostas de trajetória que contenham menção a:

- a) eventos cujo título contenha ações de marketing ou propaganda explícita;
- b) projetos que veiculem propaganda relacionada ao tabaco, álcool, política, partidos políticos, sindicatos, pré-candidatos a cargos públicos eletivos, de personalidades políticas;

c) projetos de conteúdo sectário ou segregacionista atinente a raça, cor, gênero, orientação sexual e religião.

## **6. DA RESERVA DE VAGAS**

6.1. Será garantida a reserva de vagas, em sistema de cotas, para os projetos e as ações que recebam recursos desta chamada pública, no quantitativo de:

- a) vinte por cento para pessoas negras;
- b) dez por cento para pessoas indígenas; e
- c) dez por cento para pessoas portadoras de deficiência

I - As pessoas negras, indígenas ou portadoras de deficiência que optarem por concorrer às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência;

II - O número de pessoas negras, indígenas ou com deficiência aprovadas nas vagas destinadas à ampla concorrência não será computado para fins de preenchimento das vagas reservadas;

III - em caso de desistência de pessoa negra, indígena ou com deficiência aprovada em vaga reservada, a vaga será preenchida pela pessoa negra ou indígena classificada na posição subsequente;

IV - Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas remanescentes será destinado para a outra categoria de reserva de vagas; e

V - Na hipótese de, observado o disposto no inciso IV, o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, as vagas reservadas serão destinadas à ampla concorrência.

6.2. Pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica poderão optar pela concorrência em reserva, deverão obrigatoriamente apresentar quadro majoritário de sócios composto por pessoas negras e indígenas, no caso de pessoa jurídica e quadro

majoritário de pessoas negras e indígenas na equipe do projeto, no caso de coletivo sem constituição jurídica.

## **7. DA CONTRAPARTIDA**

7.1. Os beneficiários dos recursos previstos nesta chamada pública devem assegurar a realização de contrapartida social a ser pactuada com o gestor de cultura do Município, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

## **8. DAS CATEGORIAS**

8.1. O presente edital contará com sete categorias de premiações, sendo elas:

I – Artesanato

II – Economia Criativa

III – Artes Visuais

IV – Festejos Culturais

V – Cultura Popular

VI – Dança

VII – Teatro

8.2. Em ambas as categorias serão aceitas propostas de trajetórias culturais individuais ou coletivas.

8.3. Para propostas individuais, a proposta poderá ser inscrita pela própria pessoa da trajetória em questão, ou por terceira.

8.4. Para propostas coletivas, serão aceitas propostas de trajetória de grupos e coletivos culturais, com ou sem constituição jurídica.

## **9. DA SELEÇÃO:**

9.1. A análise e seleção da inscrição deste Edital, será realizada pelo **Comissão de Análise de Propostas**, composta por 03 (três) membros, sendo a mesma publicada em Diário Oficial por meio de Portaria até o dia 23 de novembro de 2023.

9.2. A partir da análise e validação da inscrição realizada pela Comissão, os inscritos serão considerados habilitados ou não habilitados para a presente chamada pública.

9.3. A Banca de Aprovação de Propostas analisará e selecionará os proponentes inscritos no presente Edital, e procederá ao julgamento das mesmas segundo os critérios estabelecidos neste edital, registrando em ata sua decisão acerca da seleção das propostas.

9.4. Os critérios de Aprovação seguiram os indicadores e pontuação abaixo, listados por ordem de relevância para a avaliação:

CRITÉRIOS	PESO	PONTOS	PONTUAÇÃO
Situação de risco de extinção e/ou relevância da prática cultural	15	0 a 4	0 a 60
Proposta com ações afirmativas	10	0 a 4	0 a 40
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	<b>100</b>

9.5. As propostas avaliadas pelos critérios estabelecidos terão os seguintes pontos:

- a) 0 (zero) ponto: Ausência de informações ou não atendimento do critério
- b) 01 (um) ponto: Baixo atendimento do critério. A proposta atende timidamente ou de forma precária ao critério analisado.
- c) 02 (três) pontos: Moderado atendimento do critério. A proposta atende parcialmente ao critério, ainda necessitando de maior aperfeiçoamento.
- d) 03 (três) pontos: Suficiente atendimento do critério. A proposta atende suficientemente ao critério, podendo ainda ser melhorado.

e) 04 (cinco) pontos: Alto atendimento do critério. A proposta atende integralmente ao critério analisado.

9.6. Para fins da seleção deste edital, entende-se pelos critérios:

a) Situação de risco de extinção e/ou relevância da prática cultural: analisa-se a relação da trajetória com a preservação, fomento, formação, difusão e/ou registro de práticas culturais que se encontram em risco de extinção; bem como a relevância da prática cultural para o local que se encontra.

b) Proposta com ações afirmativas analisa-se critérios como o perfil do público a que a trajetória cultural atingiu, os recortes de vulnerabilidade social e as especificidades territoriais; abordagem de linguagens, expressões, manifestações e temáticas de grupos historicamente vulnerabilizados socialmente; a participação e ao protagonismo de agentes culturais e equipes compostas, em cargos de liderança, de forma representativa por mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados socialmente;

9.7. Serão desclassificadas as propostas que tiverem a pontuação total inferior a 40.

9.8. Em caso de empate na pontuação total de cada proponente, será promovido o desempate considerando a maior idade, persistindo, o maior tempo de atuação no município.

9.9. O resultado da **Aprovação Preliminar** do Edital, apurado pela Banca de aprovação das propostas, com indicação do nome do proponente e título da proposta, será publicado no Diário Oficial do Município, em até 5 (cinco) dias após o encerramento das inscrições.

9.10. Poderá ser interposto recurso da decisão da seleção preliminar a banca de Aprovação das propostas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação do resultado da seleção preliminar no diário oficial do município, através de Formulário de Recurso, constante no ANEXO IV, para o e-mail: [cultura.cocos@gmail.com](mailto:cultura.cocos@gmail.com), ou presencialmente na sede da Diretoria Municipal de

Cultura, não sendo aceitos outros documentos complementares sobre a proposta. O pedido de recurso será avaliado pela Comissão de Implementação e respondido através de Ata, publicada no diário oficial do município no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do prazo de recebimento do Recurso. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para a HABILITAÇÃO, os selecionados e os suplentes deverão entregar na sede Diretoria Municipal de Cultura, em, no máximo, 03 (três) dias úteis, a partir da data da publicação do resultado de APROVAÇÃO PRELIMINAR no Diário Oficial de Cocos, os documentos listados no ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO deste Edital

10.2. A não entrega dos documentos necessários para a habilitação, listados no ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO, no prazo estabelecido, resultará na desclassificação do selecionado e na automática substituição pelo suplente, observando as indicações de classificação das Comissões de Seleção, considerando o disposto nas reservas de vagas desta chamada pública.

10.3. O **resultado da aprovação** será divulgado no Diário Oficial do Município, em até 5 (cinco) dias após a publicação do resultado da seleção.

10.4. Serão aceitos recursos em relação às decisões da Habilitação relativos a erros formais ou de procedimento, caso identificados, e deverão ser objetivamente fundamentados conforme ANEXO IV deste Edital, e ser e a Diretoria Municipal de Cultura fornecerá um comprovante de recebimento.

10.5. O prazo previsto para os recursos é de até 03 (três) dias úteis, a partir da publicação do resultado da Habilitação no Diário Oficial do Município. O pedido de recurso será avaliado pela Comissão de Implementação e respondido através de Ata, publicada no diário oficial do município no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do prazo de recebimento do Recurso. A decisão, neste caso, terá caráter definitivo e não será objeto de reexame.

10.6. Após a análise dos recursos a banca de aprovação de propostas publicará em caráter definitivo o resultado final, conforme cronograma estabelecido nesta chamada pública.

## 11. DAS PENALIDADES

11.1. O não cumprimento das exigências desta chamada pública ou de qualquer das cláusulas do Termo de Execução Cultural a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com a Diretoria Municipal de Cultura, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

## 12. DOS PRAZOS

<b>AÇÃO</b>	<b>DATA</b>
Prazo inicial para apresentação de propostas	A contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Município
Prazo para impugnação do Edital	01 (um) dia útil
Prazo final para apresentação de propostas	15 (quinze) dias após a publicação
Resultado Preliminar	05 (cinco) dias após o encerramento das inscrições
Prazo para apresentação de recursos	03 (três) dias úteis a contar da data de publicação do resultado preliminar
Resultado dos recursos	02 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo de apresentação de recursos
Resultado de Homologação	05 (cinco) dias após o resultado preliminar
Prazo para apresentação de recursos	03 (três) dias úteis após o resultado final
Resultado dos recursos	02 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo de apresentação de recursos
<b>RESULTADO FINAL</b>	05 (cinco) dias úteis após o resultado da homologação

---

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os projetos apoiados por esta chamada pública não terão retenção de impostos na fonte, devendo ser seguido o disposto no parecer nº 235/2023/CONJUR-MINC/CGU/AGU, devendo a Diretoria Municipal de Cultura reiterar tal informação no momento de sua transferência aos proponentes selecionados (art. 13 da Lei C. nº 195/2022).

13.2. Os projetos apoiados por esta chamada pública deverão apresentar mensagem educativas de combate à pandemia da covid-19, especialmente relacionadas ao distanciamento social, à necessidade de ventilação de ambientes, ao uso adequado de máscaras e de álcool em gel e ao estímulo à vacinação. Sendo esta permitida como menção em créditos iniciais ou finais, bem como em peças de divulgação específica.

13.3. As inscrições serão gratuitas, ficando o proponente responsável por custos advindos de pagamentos de direitos autorais e outros recolhimentos legais, caso ocorra.

13.4. No formulário de inscrição proponente declara estar ciente de todos os termos e condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

13.5. Nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), o contemplado autorizará a Prefeitura Municipal de Santana, Bahia a difundir e/ou compartilhar todos os projetos apoiados por este edital, em suas redes sociais, sites ou outro canal de divulgação, por tempo indeterminado, sempre reservando o direito dos créditos do autor da produção, todos os produtos oriundos deste edital, como maneira de divulgar e difundir o referido certame, assim como poderá utilizar tal conteúdo para veiculação em suas mídias sociais.

13.6. Ao se inscrever, o proponente declarará que todas as informações prestadas são verdadeiras e que os elementos ou qualquer tipo de trabalho utilizado ou incluído na proposta não violam qualquer direito de uso de imagem ou de propriedade intelectual de terceiros, concordando em assumir exclusiva responsabilidade legal por reclamação, ação judicial ou litígio, seja direta ou indiretamente, decorrente da exibição ou uso dos trabalhos.

13.7. À Diretoria Municipal de Cultura fica reservado o direito de ampliar, prorrogar, revogar ou anular o presente Edital, havendo motivos ou justificativas de interesse público para tais procedimentos, devidamente apresentados nos autos do processo de origem, não implicando em direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

13.8. A Diretoria Municipal de Cultura reserva-se o direito de comunicar-se com os proponentes através de outras formas, a exemplo pelo e-mail [cultura.cocos@gmail.com](mailto:cultura.cocos@gmail.com), mas esta faculdade não isenta o proponente da obrigação de acompanhar no Diário Oficial Municipal.

13.9. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria Municipal de Cultura – Coribe-Bahia. **Estaremos disponíveis para sanar quaisquer dúvidas referentes ao edital através do e-mail [cultura.cocos@gmail.com](mailto:cultura.cocos@gmail.com) ou, das 8h às 12h de 09 à 23 de novembro.**

13.10. Os casos omissos relativos a este Edital serão decididos pela Comissão de Análise de Propostas observada a legislação pertinente.

Cocos, 09 de novembro de 2023.

Marcelo de Souza Emerenciano

Prefeito Municipal

---

## ANEXOS

ANEXO I - PROCEDIMENTO E DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A INSCRIÇÃO

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

ANEXO III - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROJETOS

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA TEMPORÁRIA

ANEXO VI - RECIBO DE PAGAMENTO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE COLETIVO SEM  
CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

ANEXO VIII - AUTODECLARAÇÃO PARA RESERVA DE VAGAS

---

## ANEXO I – DOCUMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO

### PESSOAS FÍSICAS:

- Cópia RG e CPF do Proponente
- Comprovante de residência ou declaração do ANEXO V
- Formulário de inscrição (ANEXO III)
- Declaração para reserva de vagas (ANEXO VIII) caso se enquadrar

### PESSOAS JURÍDICAS:

- Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Formulário de inscrição (ANEXO III)
- Declaração para reserva de vagas (ANEXO VIII) caso se enquadrar

### COLETIVOS SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA:

- Declaração de representação assinada pelos membros do Coletivo (ANEXO VIII)
- Cópia RG e CPF do Proponente
- Comprovante de residência ou declaração do ANEXO VI
- Formulário de inscrição (ANEXO III)
- Declaração para reserva de vagas (ANEXO VIII) caso se enquadrar

Em caso de Inscrições online, as mesmas devem ser feitas via preenchimento dos anexos necessários, bem como o envio das inscrições para o e-mail [cultura.cocos@gmail.com](mailto:cultura.cocos@gmail.com)

Para as inscrições presenciais, as documentações necessárias devem ser entregues no endereço Praça da Cultura, S/N, Centro, na sede da Diretoria Municipal de Cultura, em envelope lacrado.

## ANEXO II - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

### PESSOA FÍSICA:

- I - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
- II - Certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais;
- III - Certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários municipais;
- IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- V - Dados bancários em nome do proponente (aberta exclusivamente para este fim)
- VI - Recibo de pagamento assinado (ANEXO VII)

### PESSOA JURÍDICA:

- I – Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- II - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- III - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV - Certidões negativas de débitos municipais;
- V - Certidões negativas de débitos estaduais.
- VI - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- VII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
- VIII - Dados Bancários em nome da razão social (aberto exclusivamente para este fim)
- VI - Recibo de pagamento assinado (ANEXO VII)

### COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA:

- I - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante;

- II - Certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários estaduais em nome do representante;
- III - certidões negativas de débitos relativas a créditos tributários municipais em nome do representante;
- IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante;
- V - Dados bancários em nome do representante (aberto exclusivamente para este fim)
- VI - Recibo de pagamento assinado (ANEXO VII) em nome do representante

Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas em substituição as certidões negativas solicitadas

Cabe ao proponente guardar o recibo de entrega com referência a todos os documentos entregues para as fases de inscrição e habilitação das propostas culturais.

## ANEXO III - Formulário de Inscrição

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL:

Edital nº 02/2023:	CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL DE CULTURA 2023 - PREMIAÇÃO - DEMAIS ÁREAS DA CULTURA
-----------------------	--

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE - PESSOA FÍSICA

Nome do proponente/Razão Social:

Nome Social/Artístico/Fantasia (ou grupo representante):

Data de nascimento (ou fundação, em caso de grupo e CNPJ): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Telefone (com DDD): \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### 2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

#### Resumo da Proposta

Faça um breve relato da trajetória em questão, trazendo início, principais atividades já realizadas, impacto social e ações afirmativas

### Informações adicionais

Escreva aqui informações adicionais que possam auxiliar na análise do seu projeto

Declaro, para fins de inscrição no edital acima referenciado, que concordo e atendo às condições de inscrição estabelecidas no Edital nº 02/2023.

Declaro, que estou ciente de que, caso não apresente toda a documentação estipulada ou a apresente com alguma irregularidade, perderei, automaticamente, o direito ao prêmio, sendo convocado o suplente, pela ordem decrescente de classificação.

Declaro que estou de acordo com as normas estipuladas na Lei Complementar Federal n. 195. /2022, Decreto Federal n.11.525/2023 e Decreto Federal n. 11.453/2023 e caso tenha alguma irregularidade na inscrição, estou ciente que sofrerei os sanções penais previstas em lei.

Cocos, Bahia, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

PROPONENTE



---

## ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIXA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF de nº \_\_\_\_\_, e RG \_\_\_\_\_, natural do município de \_\_\_\_\_, para fins de inscrição na chamada pública emergencial de cultura nº 02/2023, que resido no município de Cocos, Bahia.

Ainda em tempo declaro que:

- ( ) Moro a 5 Anos no Município
- ( ) Mais de 5 Anos no Município
- ( ) Moro a 4 anos ou menos no Município

.

Sendo verdade as informações acima citadas e sem mais para o momento,  
Assino.

Cocos, Bahia, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

PROPONENTE

## ANEXO VI - RECIBO DE PAGAMENTO

Recebi da Prefeitura Municipal de Santana a importância abaixo indicada referente ao Chamamento Público Emergencial de Cultura 2023 – Premiação – Demais Áreas da Cultura o valor indicado abaixo:

Valor Bruto	R\$ XXXX		
		Alíquota	Valor do imposto
	Imposto de Renda – IR*	XXX%	R\$ XXXX
	Outras deduções	XXX%	R\$ XXXX
	Valor Líquido		R\$ XXXX
Valor líquido por extenso: XXXXXX			

Nome:	Banco:	
CPF:	Agência:	Conta:
RG:	Tipo da Conta:	
Endereço completo:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Certifico a veracidade dos dados informados acima, e caso haja algum erro no informe <b>me responsabilizo</b> por qualquer pagamento não efetivado ou atrasado por decorrência de informações cadastrais e bancárias incorretas ou incompletas.		
LOCAL, _____ de _____ de 2023.		
Assinatura:		

Este recibo só terá validade na data em que for creditada a importância acima na conta do favorecido.

## ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE COLETIVO SEM CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Nós, membros do Coletivo: \_\_\_\_\_, com atuação na cidade de Cocos, em reunião realizada no dia **XX/XX/XX**, em consenso, deliberamos por indicar **FULANO DE TAL**, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, e RG \_\_\_\_\_ para representar nosso grupo cultural para fins de inscrição na chamada **pública XXXX**.

Declaramos ainda que estamos todos cientes das responsabilidades do representante e do coletivo, bem como do texto da chamada pública, assim como, com a eventual seleção, o valor recebido será creditado em conta do representante informado.

Sem mais para o momento e sendo verdade as informações acima citadas, Assinamos:

**NOME – CPF**

**NOME – CPF**

**NOME - CPF**

DATA, MÊS, ANO

## ANEXO VIII - AUTODECLARAÇÃO PARA RESERVA DE VAGAS

### AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, de nacionalidade \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, no  
município de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, filho(a)  
de \_\_\_\_\_,  
estado civil \_\_\_\_\_, de RG nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_,  
órgão expedidor \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, sob pena das leis, de acordo com a  
classificação dos critérios estipulados pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, declaro  
ser: ( ) preto; ( ) pardo; ( ) Indígena.

Estou ciente que, em caso de falsidade ideológica ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis, haja vista, que as inverdades declaradas e detectadas nesta seleção serão encaminhadas ao Ministério Público do Estado da Bahia, para os trâmites pertinentes, respeitado o Estado Democrático de Direito, a ampla defesa e o contraditório. \*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art.299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, como fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena-reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Assinatura: